

EDUCAÇÃO DO CAMPO: COMO O PROCESSO DE NUCLEAÇÃO AFETA NAS COMUNIDADES?

Laira de Jesus Anjos¹

Universidade do Estado da Bahia

Gisele Ferreira de Amorim²

Universidade do Estado da Bahia

Rodrigo Guedes de Araújo³

Universidade do Estado da Bahia

Resumo: O presente artigo busca apresentar um estudo bibliográfico voltado para o processo de nucleação das escolas multisseriadas e qual a importância da mesma para as comunidades que são afetadas pela perda dessas escolas. Deste modo, iremos trazer uma breve contextualização de como surgiu a educação voltada para o campo, como os movimentos sociais defendem os direitos do mesmo, os impactos causados pela nucleação, relataremos também questões voltadas para as dificuldades que os discentes enfrentam com as precariedades das estradas e como os docentes enfrentam essa nova realidade, pois a partir do momento que surgem as transferências dos alunos os professores que lecionam nas classes multisseriadas também são transferidos para escolas em outras localidades. A partir da Constituição Federal de 1988 a educação passa a ser direito fundamental garantido a todo e qualquer indivíduo, independente da localidade onde mora. Segundo Nascimento (2013), o processo de nucleação afeta uma comunidade em geral, gerando instabilidades até mesmo na identidade cultural da mesma, pois a escola é o berço das representações culturais de uma comunidade. Diante dos acontecimentos que ao longo do tempo vieram acontecendo com as escolas do campo, surge a grande necessidade de abordarmos sobre a temática.

Palavras – Chaves: Escolas Multisseriadas. Educação do Campo. Nucleação.

INTRODUÇÃO

A educação em geral sempre foi um assunto a ser discutido no Brasil, diante disso iremos fazer uma breve contextualização sobre a história da educação do Brasil voltada para a

¹ Discente do curso de pedagogia da Universidade Estadual da Bahia - UNEB no campus XVII em Bom Jesus da Lapa. O Artigo foi baseado no projeto de pesquisa sobre Educação do Campo: como o processo de nucleação afeta nas comunidades, como requisito avaliativo do componente curricular PPP IV. E-mail: lairyinha.19@gmail.com

² Especialização em Educação Especial e Inclusão Social, FACEI, Graduada em Letras e Pedagogia pela UNEB- Universidade do Estado da Bahia, Professora da UNEB-Universidade do Estado da Bahia, DCHT, CAMPUS XVII, BOM JESUS DA LAPA- BA; E-mail: gisele_ksgl@hotmail.com

³ Pesquisador Científica na empresa FAPESB, Mestrado em Educação de Jovens e Adultos. Docente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB DCHT Campus XVII. E-mail: pedagogodaterra@gmail.com

educação do campo. Segundo Druzian (2011), a educação no Brasil deixou de lado a educação daqueles que vivem no campo, há muito tempo a educação que era passada para as comunidades rurais vem formada com uma visão totalmente diferente da vivenciada nessas comunidades.

A educação do campo é uma modalidade educacional que ocorre nos espaços intitulados rurais, por muitas vezes o mesmo não é visto como uma política pública voltada para a garantia de direitos educacionais. De acordo com Júnior; Netto (2011, p.46), o espaço rural é demarcado por lutas nas questões culturais que por muitas vezes são dominados e estereotipados pelas áreas urbanas que tentam cercear a capacidade produtiva cultural. Diante desses e de vários outros acontecimentos, surgem nessa perspectiva o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde lutam em prol da garantia dos direitos do campo. Em 1997 houve o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), que aconteceu na Universidade de Brasília (UnB). Pautavam sobre: a existência de um sujeito coletivo forte, ente social munido de propósitos, capaz do exercício da autonomia política e portador de consciência dos direitos. O encontro foi considerado como um marco na história de luta para a educação do campo.

As escolas do campo foram construídas tardiamente, as propostas que o governo oferece para os mesmos não suprem todas as necessidades para que haja um bom desempenho escolar nas áreas rurais, é necessário que haja políticas públicas voltadas para essas escolas, ou dessa forma o aumento a desigualdade e discriminação contra essas classes só aumentarão. O podemos observar é que o ensino nas escolas do campo tende a passar por vários desafios educacionais, assim como o ensino dos alunos é prejudicado devido à falta de estrutura do ambiente, falta de livros didáticos, uma biblioteca equipada e a falta de professores qualificados, devido isso os alunos acabam sendo desmotivados e acarretando até mesmo o abandono escolar.

De acordo com Oliveira (2006) a formação do professor do campo envolvem diversas questões, onde cada uma é encarregada de um tipo de formação, tanto nas crenças, valores morais ou ponto de vista. Voltar a estudar para alguns professores que já lecionam é como uma forma de libertação da mesmice do seu cotidiano, gerando mais condições de vida profissional. A formação do professor tende a passar por várias etapas uma delas esta ligada a sua identidade cultural ao qual ao longo desse processo de formação irá mudar continuamente, pois é um processo onde envolve aprendizagem continua da construção de

identidade do mesmo, além de ajudar no desenvolvimento do seu próprio trabalho e é de suma importância para a comunidade onde ele irá lecionar, pois não envolve apenas a educação, mas também a questão cultural de toda a comunidade. Segundo OLIVEIRA (2006 p.548).

“Existe hoje um consenso segundo o qual se afirma que o professor não deve ser visto apenas como um técnico em questões de ensino, mas como pessoa em processo de construir mudanças em sua identidade e no “sentido de si””.
(OLIVEIRA, 2006 p.548).

A autora mostra aos seus leitores que esse processo de identidade é um processo complexo e voltado para o desenvolvimento pessoal dos mesmos. Oliveira salienta que os docentes tem que atender a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) 9.394/ 1996. Assim, a formação dos docentes para a educação tende a investigar todo o processo de formação pessoal, sendo também um processo contínuo.

Há no plano das relações, uma dominação do urbano sobre o rural que exclui o trabalhador do campo da totalidade definida pela representação urbana da realidade. Com esse entendimento é possível concluir pelo esvaziamento do rural como espaço de referência no processo de constituição de identidades...
(PRONERA, 2002, p.23)

Há muito tempo as políticas públicas voltadas para o campo foram negligenciadas e restringidas no que se diz a respeito do processo de alfabetização. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) tem como objetivo a garantia da educação formal dos jovens e adultos em todos os níveis de ensino, conhecimento e desenvolvimento das áreas agrárias. Projetos sociais como esses ajudam no crescimento da autonomia tanto da comunidade, professores quanto dos alunos, gerando mais instabilidades na educação do campo.

Por uma educação do campo

Segundo Libâneo (1994), a educação é algo para ser amplo quando se refere aos processos de desenvolvimentos, tanto nas questões físicas, intelectuais ou estéticas. Sobretudo a educação do campo esta em constante contato com a população rural, envolvendo a comunidade em seu meio educacional. Segundo Caldart (2000), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST é um dos pioneiros que faz a inclusão dos sem-terra para uma coletividade, dando a eles mais oportunidades e visões sociais voltadas para o campo.

De acordo com Anjos; Lima (2018, p.60) em uma entrevista feita via digital no município de Oliveira dos Brejinhos - BA, 53,85% dos alunos que estudaram em escolas multisseriadas teve um bom desempenho nos seus estudos, cerca de 7% não obtiveram resultados nos estudos, diante desses dados podemos observar que grandes partes dos alunos que tiveram ensino nas escolas do campo e multisseriadas obtiveram um bom desempenho nos estudos. Segundo Santos (2008, p.12):

Nestes 10 anos de existência, o PRONERA alfabetizou, escolarizou, capacitou e graduou cerca de 500 mil jovens e adultos atendidos pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Sempre em parceria com mais de 60 universidades públicas federais e estaduais, escolas técnicas, escolas-família agrícola, além de secretarias estaduais e municipais de educação. (SANTOS, 2008, p.12).

Os movimentos que existem e lutam em prol dos direitos do homem do campo ganham ainda mais forças com dados que demonstram que nem tudo está perdido, mostrando a real importância da educação e os motivos pelo o qual eles tanto lutam, trazendo presente discussões necessária para que a população entenda o real significado dos movimentos e grupos de apoios. Esse espaço de ensino é considerado um local de grande diversidade e saberes locais.

Em uma entrevista feita com a professora Eliane Novaes Rocha pela Fundação Telefônica Vivo no ano de 2016, ela ressalta a grande importância de ter políticas públicas pedagógicas voltadas para o campo, salienta que há uma série de problemas quando se pensa em política pedagógica, é necessário que tenham uma demanda maior e articulada. Além desses assuntos a professora Rocha ainda ressalta sobre a tecnologia como aliada das escolas, “A informação que circula no campo ainda é muito restrita. Trata-se de uma ferramenta educativa fundamental.” Segundo o censo escolar do ano de 2003, onde foi divulgado pelo INEP apenas 9,9% das 76.229 escolas brasileiras do campo tem acesso à internet. A Fundação Telefônica Vivo criou em 2012 um projeto Escolas Conectadas, tendo como intuito levar conexão 3G e notebooks para 100 escolas rurais de 89 municípios, entre eles estão Bahia, Pernambuco, Alagoas, São Paulo, entre outros. Atualmente o projeto contempla 67mil escolas do campo.

O programa Escolas Conectadas contempla aos professores do campo, com laboratórios voltados para os seus estudos e para experiências de tecnologias digitais. Esses projetos que algumas empresas implantam servem também para combater os estereótipos que

muitas pessoas acabam colocando em cima dessas comunidades por não ter acesso à internet ou uma educação igualitária.

Reflexões sobre as nucleações das escolas multisseriadas no Brasil

A multisseriação tem uma grande abrangência nas comunidades rurais, isso devido ao baixo índice de escolas no campo. Essas classes surgiram no contexto escolar do Brasil a partir do ano de 1970, essas escolas têm sido criticadas ao longo dos anos por grande da população brasileira.

Segundo Parente (2014), as escolas multisseriadas é a junção de diversas séries/ano em uma única sala de aula, esse modelo de ensino faz parte da maioria das escolas do campo, devido o pequeno número de alunos de idades e séries iguais. Diante disso o governo resolveu implantá-las para garantir o ensino básico nas comunidades rurais, a multisseriação existe principalmente nas regiões do Norte e do Nordeste. Diante disso Ferri (1994) diz que “os professores que lecionam nessas escolas são considerados “heróis” por serem capazes de trabalhar com quatro séries/ano em uma única sala desempenhando um trabalho de êxito”.

De acordo com o Sindicato dos Servidores Públicos (SINDSEP), a partir da reforma do ensino fundamental promovida pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96 (LDB), onde tinham como objetivo a municipalização do ensino básico que através desse processo acarretou o fechamento de diversas escolas. Segundo INEP (2006:19 Apud SECAD, 2007: 22):

(...) o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, a ausência de infraestrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. (...)

Sobretudo, é perceptível a ideia errônea tanto do governo quanto da sociedade que imaginam que um simples investimento poderá melhorar a educação do campo, tudo isso devido à falta de conhecimento das verdadeiras condições e convívios dos moradores e estudantes do meio rural, a falta de professores qualificados podem de certa forma prejudicar o desempenho dos alunos, isso pelo fato dos governantes mandarem os professores que não

tiveram uma formação mais aprofundada de como devem seguir essa educação voltado para o campo.

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional, aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”. (anônimo) (LEITE, 1999 p.14).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB), o processo de nucleação escolar tem como objetivo fechar as escolas do campo e transferir os alunos para uma escola vizinha que tenha maiores números de alunos estudando, a nucleação viabiliza por meio de uso de transporte escolar a locomoção desses alunos transferidos para chegar ao local de destino onde se concentra um índice maior de alunos da mesma faixa etária, cada sala recebe alunos da mesma faixa etária em uma única sala e de séries/ano iguais. Segundo Parente, (2014):

No Brasil, também persiste uma visão negativa da multisseriação; não há como negar que as condições em que é implantada, sugerem haver sérios problemas relacionados à infraestrutura, ao financiamento, à gestão, à formação de professores. (PARENTE, 2014).

Mesmo diante das reivindicações dos movimentos sociais lutarem contra o processo de nucleação, houve o fechamento de várias escolas do campo. Segundo Hage (2006 p.8), no ano de 2006 havia um total de 71.991 escolas multisseriadas no Brasil, número ao qual se reduz no ano de 2009 para 49.305 escolas, contudo se foram fechadas 22.686 escolas, trazendo uma taxa negativa de -46% durante 2006 a 2009. Segundo Anjos; Lima (2018):

O processo de nucleação não tem a somar para a educação do campo, é através desses problemas que o índice de alfabetos aumenta, pois os alunos acabam sendo desmotivados a estudar em outras cidades/comunidades com cultura totalmente diferente do que se vê na comunidade em que sempre conviveu. (ANJOS; LIMA, 2018).

São completamente nítidas as dificuldades que as classes multisseriadas enfrentam no país, grande parte da população brasileira acham que os alunos não aprendem de forma adequada, gerando certos tipos de “preconceitos” com alunos que estudam nas classes multisseriadas. Diante disso existe uma série de dificuldades para a garantia desse ensino, muitos dos governantes acabam colocando docentes que não tiveram uma formação adequada para lecionarem nessas classes, podendo causar maiores dificuldades para os discentes, outra

questão que acarreta as dificuldades de ensinar nessas classes é a falta de uma biblioteca equipada ao qual daria maior desenvolvimento na compreensão dos assuntos que são abordados em sala de aula, tanto para os discentes quanto para docentes. De acordo com CALDART (2012, p. 259):

A realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento, ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola. (CALDART, 2012, p. 259).

As organizações dos movimentos sociais que lutam em prol dos direitos do campo vêm dando um novo significado a escolarização dos sujeitos que vivem no campo, uma das grandes lutas que os movimentos sociais do campo lutam é tentar diminuir os fechamentos das escolas que acaba acarretando inúmeros conflitos com o que se diz respeito ao campo. De acordo com Nascimento (2013), por muitos anos as pessoas que vivem no campo foram negadas dos direitos da educação, onde durante toda a história eram taxados como indivíduos incapazes de lutar por uma educação, acarretando uma série de negações não apenas para a falta de educação como também a falta de terem uma condição de vida melhor. Nascimento (2013) refere-se à falta que a escola faz para os moradores, onde acabam conseqüentemente tendo a ausência da cultura local. Segundo Henriques (2009, p.6):

[...] uma reflexão sobre socialidade e dialogo cultural que possibilitem a garantia da participação de todos os elementos envolvidos no processo (equipe escolar e comunidade na sua especificidade). (HENRIQUES, 2009, p.6).

A educação é algo que liberta, transforma e fortalece, a escola tem o papel de formar sujeitos capazes de construir os seus próprios conhecimentos sendo um sujeito mais ativo na sociedade. As escolas do campo servem exatamente para isso, gerar indivíduos capazes de mudar o futuro e se engajar na cultura local da própria comunidade, seja por meios de festejos tradicionais ou até mesmo em eventos educacionais que são promovidos pela escola onde esses jovens, crianças e adultos estudam.

Em 2005 o Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo do MEC (GPT), se reuniram para discutir questões voltadas para a 2º Conferência Nacional de Educação do Campo. Foram pautados assuntos como a políticas públicas educacionais para a melhoria da educação do campo oferecida para povo do campo. Segundo Nascimento, (2013 p.260):

A nucleação contraria a dimensão política em torno da defesa do direito de ter acesso a uma escola do campo e no campo, pois sabemos que a escola no meio rural é vista tanto como espaço físico – local próximo a residências onde acontecem reuniões, festas, atendimento médico [...].

De acordo com isso, as escolas do campo esta ali para servir a comunidade tanto nas questões voltadas para a área da saúde quanto para as relações de cultura que cada uma possui, a escola é o berço das representações culturais das comunidades. Compreende-se a resistência que várias comunidades têm em aceitar que a única escola do lugar onde cresceram seja nucleada, pois a escola fortalece a comunidade. De acordo com INEP, (2003):

Em relação à infra-estrutura, as escolas rurais também estão em desvantagem. Enquanto na área urbana, 58,6% dos estabelecimentos de ensino têm biblioteca, essa é a realidade em apenas 5,2% das escolas do campo. O mesmo cenário é verificado quanto a laboratórios de informática (27,9% e 0,5%), microcomputadores (66% e 4,2%) e laboratórios de Ciências (18,3% e 0,5%).

Diante disso, a nucleação prejudica os desempenhos dos alunos transferidos que acabam sendo prejudicados, pois são obrigados a estudarem a quilômetros de distância de casa com uma visão de mundo totalmente diferente da que era vistas em sua comunidade, podendo até mesmo acarretar a evasão escolar. Nascimento (2013 p.255), a nucleação acaba entrando em uma discordância com o que se diz respeito às políticas de que é direito que todos tenham acesso a uma escola do campo e no campo.

Considerações Finais

Diante de todo o apanhado feito ao longo do artigo, conclui-se que a educação do campo surge para garantir e tornar evidente para a população em geral os direitos que os mesmos têm, sobretudo, a população que sofre com as condições na tal conjuntura juntamente com os movimentos sociais destinados para a luta dos camponeses vem lutando para garantir formação e uma base curricular adequada.

De acordo com as leis voltadas para a educação Brasileira, é direito dos órgãos públicos aplicar condições melhores para o ensino em geral, exercendo o real papel que as “obrigam” atender, tais como o direito a um currículo com base voltada para o campo, onde

os possibilitam estudar assuntos destinados às práticas diárias da comunidade que residem com direito a uma biblioteca equipada para pesquisas escolares que garantem mais conhecimentos para formação, capacitação dos professores de redes públicas com formações voltadas para atender os camponeses, gerar mais concursos/empregos para que não tenha falta de docentes e nem tenha sobrecarga no trabalho, salas de aulas com estruturas apropriadas para o ensino, entre outros seguimentos necessários.

Portanto, podemos compreender os inúmeros impactos que a nucleação traz para as crianças transferidas, a representação da escola nessas comunidades é uma etapa de grande importância na formação dessas crianças tanto como moradores do lugar, quanto na formação da própria cultura. Os professores que são transferidos passam por todo processo de adaptação tanto ao que se refere às vivências culturais da comunidade quanto em questões de divisão de turmas onde antes seriam duas/três turmas em uma única sala, o professor passa a lecionar em salas com apenas uma série. De acordo com SEMED, (2018):

A nucleação das escolas unidocentes é inevitável diante da configuração do município, mas esta deve ser feita de forma harmônica, em parceria com a comunidade, para que os alunos não sejam prejudicados. É importante garantir o acesso e a permanência desses alunos nos núcleos de ensino e intensificar o acompanhamento pedagógico na perspectiva da educação do/no campo, a fim de melhorar a qualidade (SEMED, 2018).

No entanto, sabemos que nem sempre esse processo acontece da forma a qual não gere problemas para ambos, pois requer uma série de estudos mais aprofundados antes de serem aplicados. Soma-se a isso uma série de conflitos para ambas as partes, a informação é necessária diante do que venha a ocorrer, trazendo uma relação de diálogos sempre que possível. Muitas das comunidades que passamos por essas dificuldades no âmbito escolar são “isoladas” de informações, pois nem sempre têm vozes ativas para “negociar” com os órgãos responsáveis pelo fechamento ou até mesmo questionar o real motivo, é e suma importância que cada comunidade tenha uma voz ativa e que lute para a garantia de seus direitos. A autora Ferri (1994), diz que a multisseriação é algo que não dá para ser deixado de lado, pois é uma realidade que o país enfrenta.

As legislações são feitas para assegurar que a população tenha todos seus direitos garantidos e mantidos, cabe aos maiores interessados certificar-se que os mesmos estão sendo seguidos da forma que tem que ser. A nucleação, portanto, conseqüentemente afeta em geral

milhares de alunos, professores e trabalhadores rurais, ao quais como milhares de brasileiros estão apenas dispostos a lutarem para garantir seus direitos e deveres como cidadãos.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Laira de Jesus, LIMA, Rafael Pereira. **Escolas Multisseriadas e sua grande Importância para a Educação do Campo**. Ilhéu: III JORNAPED, 2018. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/jornaped/2018/anais_poster.pdf>. Acesso em: 06 de Abril 2019.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, L.L. ALVES, T.A.A.P. LIMA, V.D. TRINDADE, D.R. **A Política Pública de nucleação das Escolas Rurais no Brasil: Apontamentos de pesquisas/** Vitória da Conquista – BA, 2017.

CORDAT, R. S.PEREIRA I. B. ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. – **Dicionário da Educação do Campo**. / Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, 2012.

DRUZIAN, Franciele. **EDUCAÇÃO INFANTIL MULTISSERIADA NO CAMPO**. Santa Maria (RS): UFSM, 2011.

FERRI, Cássia - **CLASSES MULTISSERIADAS: QUE ESPAÇO ESCOLAR É ESSE?** - Florianópolis (SC), 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano [et al.] ; organizadora, SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação** - Brasília: INCRA; MDA, 2008.

GONÇALVES, G.B.B. **Nucleação das escolas rurais**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Movimentos sociais do campo e a afirmação de direito à educação: pautando o debate sobre as escolas multisseriadas na Amazônia paraense**. Brasília: Revista brasileira de estudos pedagógicos, 2006.

HENRIQUES, Margarida Marques. **A CULTURA COMUNITÁRIA E SUA VISIBILIDADE SOCIAL: UM DESAFIO À ESCOLA**. Recife: XII SIPC, 2009.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/educacao_proneira>. Acesso em: 04 de Abril 2019.

JUNIOR, Astrogildo F. da Silva; NETTO, Mario Borges. **POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO - percursos históricos e possibilidades**. Uberlândia: Revista Entrelaçando, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Editora: Cortez, 1994.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 de Outubro 2018.

LEINEKER, Mariulce da Silva Lima; ABREU, Claudia Barcelos de Moura. **A EDUCAÇÃO DO CAMPO: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ**. Coral: UFSM, 2006.

NASCIMENTO, Priscila Brasileiro Silva do. **A ESCOLA DO CAMPO COMO DIREITO: O processo de nucleação das escolas do campo no município de Valente, Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2013.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE: RELATOS DE EDUCADORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL**. São Paulo – Ribeirão Preto: Cadernos de Pesquisa, 2006.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós, **Escolas Multisseriadas: a experiência internacional e reflexões para o caso brasileiro** – Revista Ensaio. Rio de Janeiro, 2014.

ROSA, Ana Cristina Silva. **Educação de Jovens e Adultos: o desafio das classes multisseriadas**. São Paulo: Umesp, 2003.

SEMED, Secretaria Municipal de Educação. **Projeto de Nucleação de Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa – BA**. Bom Jesus da Lapa, 2018.

VIEIRA, Ana Luísa. **Quais os desafios da educação do campo?** Fundação Telefônica Vivo, 2016. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br>>. Acesso em: 07 de Abril 2019.

SOBRE OS AUTORES

Laira de Jesus Anjos

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, *Campus XVII*; Email: lairyinha.19@gmail.com.

Gisele Ferreira de Amorim

Esp. Educação e Inclusão Social; Esp. Psicopedagogia Institucional e Clínica. Docente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB DCHT Campus XVII. Email: gisele_ksgl@hotmail.com.

Rodrigo Guedes de Araújo

Pesquisador Científica na empresa FAPESB, Mestrado em Educação de Jovens e Adultos. Docente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB DCHT Campus XVII. Email: pedagogodaterra@gmail.com